

Provincializar a Europa: a proposta epistemológica de Dipesh Chakrabarty.

Provincializing Europe: the epistemological proposal of Dipesh Chakrabarty.

Antônio Manoel Elíbio Júnior*

Marcos Costa Lima**

Carolina Soccio Di Manno de Almeida***

Resumo: O artigo analisa o debate epistemológico acerca da escrita da história, proposto pelo historiador indiano Dipesh Chakrabarty. Juntamente com oito colegas, entre os quais Ranajit Guha, o intelectual indiano constituiu o coletivo editorial *Subaltern Studies* em 1982. Chakrabarty elabora uma crítica à história eurocêntrica e ao nacionalismo, ao orientalismo e ao imperialismo europeu. O texto caracteriza-se pela tentativa de articular e inserir a obra de Chakrabarty as discussões realizadas no âmbito dos estudos pós-colonialistas.

Palavras-chave: Colonialismo. Dipesh Chakrabarty. Estudos Subalternos.

Abstract: This article analyzes the epistemological debate about the writing of history, proposed by Indian historian Dipesh Chakrabarty. Together with eight colleagues, including Ranajit Guha, the Indian intellectual was part of the group that composed the editorial of the *Subaltern Studies* in 1982. Chakrabarty elaborates a critique of Eurocentric history and nationalism, Orientalism and European imperialism. The text is characterized by the attempt to articulate and put the work of Chakrabarty discussions in the context of post-colonial studies.

Keywords: Colonialism. Dipesh Chakrabarty. *Subaltern Studies*.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Doutor em História Social pela Unicamp e Pós-Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco.

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e Pós-Doutor pela Université Paris XIII. Ocupa a Cátedra Rui Barbosa no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Leiden- Holanda (2012). Foi presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS.

*** Mestra e Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco.

Considerações iniciais: O surgimento dos estudos subalternos

Os estudos subalternos indianos tiveram início em 1982 como uma série de debates acerca da escrita da história indiana moderna. Ranajit Guha, historiador indiano à época ensinando na Grã-Bretanha, foi a inspiração por trás do projeto. Juntamente com oito colegas, constituiu o coletivo editorial *Subaltern Studies*. Inicialmente tratando especificamente da escrita da história indiana moderna, o alcance intelectual dos estudos subalternos excedeu a disciplina da história e também a questão indiana, uma vez que seus colaboradores participaram de debates contemporâneos e elaboraram críticas à história e ao nacionalismo, ao orientalismo e ao eurocentrismo, que enriqueceram o debate da construção social do conhecimento como um todo.

A matéria acadêmica designada como “história indiana moderna” é resultado de uma pesquisa relativamente recente em discussão em diversas universidades na Índia, Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e em outros locais, após o final do governo imperial britânico na Índia, em agosto de 1947. O contexto era de disputas travadas entre as tendências afiliadas às inclinações imperiais na história indiana e o desejo nacionalista de parte dos historiadores indianos de descolonizar o passado. O marxismo concedeu o embasamento do projeto nacionalista de descolonização intelectual. Trabalhos publicados na década de 60 levantaram questões novas e controversas acerca da natureza e dos resultados do governo colonial na Índia, como a indagação: “A Grã-Bretanha merece algum crédito por ter feito da Índia um país em desenvolvimento, moderno e unido?”. Os documentos do governo colonial britânico e os historiadores indianos afiliados ao poder imperial obviamente sempre retrataram o governo colonial como beneficiário para a Índia e exaltavam os britânicos por terem levado ao subcontinente a unidade política, instituições modernas, indústrias, o nacionalismo, as leis, e assim por diante. Por outro lado, os historiadores nacionalistas da década de 60 - muitos deles educados na Inglaterra e tendo vivido os últimos anos do domínio colonial - desafiaram essa visão. Ao contrário, argumentavam que o colonialismo teve efeitos nocivos no desenvolvimento econômico e cultural.

Nacionalismo e colonialismo emergem, portanto, como as duas áreas principais de pesquisa na Índia dos anos 60 e 70. Nesse contexto é que se desenham

os primeiros passos dos estudos subalternos. Contrário à ideia de que o nacionalismo era uma luta contra o colonialismo, a antítese do governo colonial, ou até mesmo a solução para os problemas que o colonialismo causou, Guha (2002) afirma que ambas as abordagens, colonialistas e nacionalistas, são elitistas. O nacionalismo foi tido como a mais expressiva luta contra o colonialismo, mas com relação aos problemas internos do país foi extremamente reacionário, como quando suprimiu violentamente as revoltas populares e camponesas, delineando assim a agenda política nacionalista (CHAKRABARTY,2000a).Uma nova geração de historiadores indianos (da qual faz parte Ranajit Guha) que foi chamada de “midnight children” aponta que uma resposta adequada para os problemas de escrever uma história pós-colonial na Índia era o real conflito de interesses entre a elite nacionalista e seus seguidores socialmente subordinados, ou seja, os grupos subalternos.

Todo esse “descontentamento historiográfico” estava emaranhado aos antigos paradigmas positivistas e liberais herdados das tradições da historiografia inglesa. Assim, os estudos subalternos surgem como uma mudança de paradigma, a fim de contestar essa maneira de escrever história. Na declaração que inaugura os estudos subalternos, Guha (2002) afirma que a história do nacionalismo foi escrita como a história de uma conquista das classes elitizadas, indianas ou britânicas, e que não pode explicar “the contributions made by people *on their own*, that is, *independent of the elite* to the making and development of this nationalism”. (GUHA inCHAKRABARTY, 2000a) Desde o início, fica claro a partir dessa declaração feita por Guha que os estudos subalternos eram uma tentativa de alinhar o raciocínio histórico com movimentos mais amplos para a realização da democracia na Índia.

Esta abordagem em muito se assemelha com as abordagens da historiografia inglesa conhecida como “*history from below*”, desenvolvidas por autores como Hill, Thompson, e Hobsbawm. Ambas têm inspiração marxista e um débito intelectual com o italiano Antonio Gramsci, uma vez que o próprio termo “subalterno” e o conhecido conceito de “hegemonia”, também caro ao projeto teórico dos estudos subalternos, remetem aos escritos de Gramsci (CHAKRABARTY,2000; GUHA,2002). O objetivo declarado dos estudos subalternos era produzir a análise histórica na qual os grupos subalternos eram vistos como os sujeitos de sua própria história:

we are indeed opposed to much of the prevailing academic practice in historiography... for its failure to acknowledge the subaltern as the maker of his own destiny. This critique lies at the very heart of our project”(GUHAinCHAKRABARTY, 2000a)

Essa declaração de Guha esclarece que, embora se aproximem, os estudos subalternos e a tradição historiográfica marxista inglesa possuem diferenças que os distanciam fundamentalmente, pois a historiografia subalterna necessariamente inclui: i) relativa separação da história do poder de uma história universal do capital, ii) uma crítica da formação do Estado Nação e iii) o questionamento da relação entre poder e conhecimento - pensando na história também como uma forma de conhecimento (CHAKRABARTY, 2000a).

A ruptura teórica crítica ocorre na medida em que Guha (2002) busca redefinir a categoria “político” com relação à Índia colonial. O autor argumenta que tanto os historiadores elitistas (alinhados com o poder imperial), quanto os historiadores nacionalistas, abordam o domínio político seguindo a formalidade dos processos institucionais e governamentais:

In all writings of this kind, [i.e. elitist historiography] the parameters of Indian politics are assumed to be or enunciated as those of the institutions introduced by the British for the government of the country... [Elitist historians] can do no more than equate politics with the aggregation of activities and ideas of those rulers and their élèves – the dominant groups in native society. (GUHAin CHAKRABARTY, 2000a).

Guha pretende argumentar que havia, na Índia colonial, um domínio político autônomo da política pela população (“*politics of the people*”), que fugia às regras institucionais e governamentais e era organizada diferentemente da política da elite. A política da elite envolve a “mobilização vertical”, em uma espécie de adaptação indiana do modelo britânico de instituições parlamentares; por outro lado, a “política subalterna”, a mobilização política depende da afiliação horizontal, ou seja, por afinidade, seja ela territorial, de consciência de classe, e várias outras, dependendo da população envolvida (CHAKRABARTY,2000;CHATTERJEE,1997) sendo central a essas mobilizações a noção de resistência à elite dominante.

A separação feita por Guha (2002) entre os domínios da elite e dos subalternos teve implicações radicais para a teoria social e a historiografia, dado que a tendência da historiografia marxista era classificar as revoltas camponesas organizadas por afinidade como movimentos que exibiam uma consciência atrasada (*backward consciousness*), como rebelião “primitiva” e de caráter “pré-político”. Eram vistas como uma consciência que estaria ainda defasada com relação à lógica institucional da modernidade ou do capitalismo, como afirma Hobsbawm: “They are pre-political people who have not yet found, or only begun to find, specific language in which to express their aspirations about the world” (HOBSBAWM in CHAKRABARTY, 2000a). Guha (2002) rejeita explicitamente a caracterização da consciência do camponês como “pré-política” e sugere que a natureza da ação coletiva contra a exploração na Índia colonial era tão grande que, de fato, alargou as fronteiras imaginárias da categoria do político como foi imaginada pelo pensamento europeu. Ignorar esse problema que a categoria do político - oriunda do marxismo europeu eurocêntrico, vale ressaltar - coloca, só pode levar a histórias das elites, pois essa categoria não permite - e não sabe - analisar a consciência do camponês, os discursos e as afinidades sob as quais eles se expressam em protesto (tal como casta, religião, entre outras).

A figura do camponês foi central para a análise de Guha e as argumentações que fundamentam os estudos subalternos, pois ao questionar a categoria do político, Guha (2002) estava movimentando a epistemologia da História europeia sob a qual as teorias eram produzidas, aplicadas ao resto do mundo e assim, reproduzidas. Guha (2002) insiste que, ao invés de ser um anacronismo em um mundo colonial modernizado, a figura do camponês é um contemporâneo real do colonialismo e mais do que isso, uma parte fundamental da modernidade que o governo colonial estabeleceu na Índia. Ao invés de ter uma mente atrasada, vinda do passado, confusa pela política, instituições e economia modernas cuja lógica nunca havia compreendido, Guha (2002) apresenta a mente do camponês como de fato tendo lido seu mundo contemporâneo corretamente. Examinando cerca de cem revoltas camponesas ocorridas entre os anos de 1783 e 1900, Guha afirma que elas envolviam sempre a destruição por parte dos camponeses dos códigos de comportamento (como o vestir-se e a linguagem), na intenção de inverter esses símbolos de autoridade com os quais seus superiores sociais os dominavam na vida cotidiana. Segundo Guha

it was this fight for prestige which was at the heart of insurgency. Inversion was its principal modality. It was political struggle in which the rebel appropriated and/or destroyed the insignia of his enemy's power and hoped thus to abolish the marks of his own subalternity (GUHA in CHAKRABARTY, 2000a, p. 42).

As teorias que procuraram explicar os atos de insurgência deixaram passar esse elemento importante de dominação e reapropriação dos símbolos, fazendo que as insurgências fossem descritas erroneamente pelas histórias elitistas como camponeses levantando-se contra símbolos que eles não compreendiam e cujas rebeliões não possuíam conteúdo político. Dessa tensão surgida pela compreensão da categoria do político pelas teorias de tradição marxistas e o novo significado esboçado nos estudos subalternos, Guha identifica os arranjos de poder em que os camponeses e outros grupos subalternos se encontravam na Índia colonial. Em sua análise, o autor afirma que esses arranjos contêm duas lógicas de hierarquia e opressão muito diferentes: uma era a lógica das estruturas liberais legais e institucionais que os britânicos introduziram no país. Imbricado a isso, um outro conjunto de relações nas quais a hierarquia era baseada na dominação e subordinação diretas e explícitas dos menos poderosos através de meios simbólicos ideológicos e força física. Sendo a semiótica da dominação e da subordinação o que as classes subalternas buscavam destruir a cada rebelião. (CHAKRABARTY, 2000a).

De acordo com Chakrabarty (2000), existe uma respeitável tendência marxista em ler as relações não-democráticas e práticas de deificação como sobreviventes de uma era pré-capitalista e não exatamente modernas, classificando tais relações como feudais. Ler as relações políticas dessa forma permite afirmar que o camponês não é um cidadão, logo, não é um ator político, assim como a Índia não fez a completa transição para o capitalismo, excluindo assim uma série de grupos políticos atuantes na sociedade do processo político, mantendo-os em suas subalternidades. Tal pensamento levou a uma série de afirmações equivocadas a respeito de relações políticas nas colônias como a do respeitado historiador Eric Hobsbawm, que reconhece que a aquisição de consciência política por esses “rebeldes primitivos” é o que faz do nosso século o mais revolucionário da história. No entanto, afirma que os citados rebeldes permanecem fora da lógica do capitalismo e que não são autores de seus destinos: “it comes to them from outside, insidiously by the operation of

economic forces which they do not understand and over which they have no control” (HOBSBAWM in CHAKRABARTY, 2000, p. 43).

Ao rejeitar a categoria do político e também a do “pré-político”, Guha insiste nas diferenças das histórias do poder na Índia e na Europa, não podendo o historiador aplicar na Índia o que ocorreu politicamente na Europa ao longo dos séculos, cujo resultado é bastante específico para aquela região do globo. Esse gesto é radical na medida em que fundamentalmente pluraliza a história do poder na modernidade global e separa isso da história universal do capital. Em última análise, esse é o problema de como pensar a história do poder em uma era em que o capital e as instituições governantes da modernidade desenvolvem um alcance global. Tal atitude inspiraria seu colega Dipesh Chakrabarty na elaboração de sua proposta epistemológica de provincializar a Europa, que vamos analisar mais atentamente a seguir.

Dipesh Chakrabarty e os estudos subalternos

A história global do capitalismo, embora tenha ocorrido e seja inegável, não produziu em todos os locais a mesma história do poder. A modernidade colonial da Índia deve incluir os termos dominação e subordinação. Não porque a Índia é um país semi-moderno ou semi-feudal, nem ao menos porque fez uma transição incompleta para o capitalismo. A dominação e subordinação dos subalternos pela elite – e isso inclui não só a elite colonial, como também a elite nacionalista posteriormente – era uma característica cotidiana do capitalismo indiano, um capitalismo do tipo colonial. O resultado foi uma sociedade que indubitavelmente mudou sob o signo do capitalismo colonial, mas que não possuía uma classe burguesa como a descrita pelo marxismo ocidental – mais um motivo para rejeitar as clássicas interpretações da sociedade indiana através do escopo europeu. A falta de uma classe burguesa também interferiu na elaboração de uma classe capaz de fabricar uma ideologia hegemônica que fizesse seus próprios interesses parecerem os interesses de todos. A história da forma como a elite nacionalista indiana procurou mobilizar as classes subalternas demonstra o domínio político no qual as linguagens seculares da lei e as estruturas constitucionais herdadas dos britânicos coexistiram e permaneceram como estratégias de dominação e subordinação (CHAKRABARTY, 2000a). É justamente esse capitalismo sem as hierarquias capitalistas, um domínio

capitalista sem a cultura capitalista hegemônica, é o que Guha (2002) vai chamar de “*dominance without hegemony*”.

Estudos subalternos, um nome a princípio atribuído a uma série de publicações que abordava a história indiana, atualmente é visto como um cognato para pós-colonialismo. Isso por que a agenda dos estudos subalternos, ainda que focando na disciplina da história, não deve ser lida simplesmente como mais uma versão da história marxista, e sim como necessariamente possuindo uma percepção pós-colonial (CHAKRABARTY, 2000a). O Orientalismo de Said (2007), o desconstrucionismo de Spivak (1988) e a análise do discurso de Bhabha (1994) não permitem que os estudos subalternos sejam vistos como uma vertente da tradição marxista inglesa “*history from below*”. O teórico crítico Arif Dirlik sugeriu que, ainda que as inovações historiográficas dos estudos subalternos sejam bem-vindas, elas representam aplicações na história indiana dos métodos pioneiros dos historiadores marxistas britânicos, modificadas por “sensibilidades do Terceiro Mundo” (DIRLIK, 1994). Inegavelmente, as questões que os estudos subalternos levantam sobre a escrita da história teve seu ponto de partida nas tradições historiográficas marxistas. No entanto, essa leitura dos estudos subalternos como sendo um exemplo de *history from below* aplicada à Índia ou como historiadores do Terceiro Mundo aplicando a metodologia anglo-saxã em suas histórias, compreende mal do que tratam os estudos subalternos. Os estudos subalternos ocasionaram uma mudança de paradigma e propuseram uma mudança epistemológica, e por esse motivo podemos aproximá-lo da atual discussão da pós-colonialidade.

A participação de Dipesh Chakrabarty nos estudos subalternos desde a sua fundação teve grande influência em seus estudos e na elaboração de sua proposta de provincializar a Europa. Alinhado com o pensamento de Guha, Chakrabarty faz a primeira proposta de provincializar a Europa em um artigo de 1992 na revista *Representations*. O que era então um projeto na década de 90 torna-se um livro oito anos depois. Lançado no ano 2000, *Provincializing Europe. Historical Difference and Postcolonial Thought* caminha próximo aos estudos subalternos na medida em que aborda a categoria político, pré-político e a crítica à história mundial, assim como se vale da teoria marxista como ferramenta de análise e crítica, mas também propõe inovações intelectuais que analisaremos a seguir.

A Europa a que Dipesh Chakrabarty se refere é uma Europa tratada em termos hiper-reais por se referirem a figuras de imaginação com referências geográficas de certa forma indeterminadas (CHAKRABARTY, 1992; SAID 2007). Da mesma forma é tratada a Índia, a qual muitas vezes o autor se refere entre aspas, assim como ao povo indiano. Por serem figuras do imaginário, elas estão sujeitas à contestação, por isso o autor as trata como são “dadas”: categorias reificadas e pares opostos na estrutura de dominação e subordinação.

No domínio da disciplina da História, e no seio da academia, a Europa permanece soberana e continua sendo o sujeito teórico de todas as histórias. As histórias de outras localidades – podendo ser China, Índia, Kenya, e até mesmo Brasil - acabam sendo variações de um mesmo tema, de uma narrativa maior que poderia ser chamada de “história da Europa”, o que acaba colocando todas as histórias em uma posição de subalternidade. Valendo-se da História indiana como exemplo, Chakrabarty afirma que “in this sense, ‘Indian’ history itself is in a position of subalternity; one can only articulate subaltern subject positions in the name of this history” (CHAKRABARTY, 1992, p. 87). Uma versão da Europa reificada e celebrada no mundo “fenomenológico” de todos os dias, nas relações de poder, como a cena do nascimento do moderno continua a inundar a História em seu discurso, pois “the phenomenon of orientalism does not disappear simply because some of us now attained a critical awareness of it”. (CHAKRABARTY, 1992, GUHA, 2002)

Os historiadores do Terceiro Mundo sentem a constante necessidade de se referirem à História européia em seus trabalhos, enquanto os historiadores europeus não sentem a mesma necessidade, sendo um movimento não recíproco, e isso seria um sintoma da posição de subalternidade em que permanece o conhecimento. Os historiadores mais respeitados são, ao menos culturalmente, europeus. Eles produzem seus trabalhos em relativa – senão total – ignorância às histórias não-ocidentais, e isso não parece afetar a qualidade de seus trabalhos (CHAKRABARTY,1992). No entanto, um historiador do terceiro mundo, mesmo que referindo-se à sua localidade, não pode ter a mesma atitude de ignorar os historiadores europeus, pois isso sim afetaria a qualidade de seus trabalhos. Há séculos filósofos e pensadores que deram forma à natureza das ciências sociais produziram teorias que abarcam a totalidade da humanidade, apesar de essas declarações serem feitas em relativa ignorância a outras sociedades. Tal atitude criou

um paradoxo cotidiano das ciências sociais terceiro mundistas: nós, autores do terceiro mundo, achamos essas teorias, apesar de sua inerente ignorância, eminentemente úteis para compreender as nossas sociedades.

Chakrabarty afirma, portanto, que o domínio da Europa como sujeito de todas as histórias é parte de uma condição teórica muito mais profunda sob a qual o conhecimento histórico é produzido no terceiro mundo; lembrando-nos que, embora ele se refira à histórica por ser seu campo de produção de conhecimento, é sabido que esse problema não se restringe somente a esse campo, mas abrange as ciências sociais como um todo. Então Chakrabarty faz uma pergunta provocadora: por que permitimos que os *savants* europeus desenvolvessem tamanha clarividência com relação às sociedades sobre as quais eles eram empiricamente ignorantes? (CHAKRABARTY, 2000b). Sua resposta é que foi dado - obviamente pelos teóricos europeus - que somente a Europa é capaz de produzir “theoria”: “[...] only Europe is theoretically – at the level of the fundamental categories that shape historical thinking – knowable; all other histories are matters of empirical research that fleshes out a theoretical skeleton which is substantially “Europe” (CHAKRABARTY, 1992). Uma passagem da *Leitura de Viena* de Husserl, datada de 1935, esclarece esse argumento. Nela, Husserl afirma que:

the fundamental difference between oriental philosophies (more specifically, Indian and Chinese) and Greek-European science, or universally speaking: philosophy, was the capacity of the latter to produce absolute theoretical insights, that is, theoria (universal science), whereas the former retained a practical-universal and hence mythical-religious character. This practical universal philosophy is directed to the world in a naïve and straightforward manner, whereas the world presented itself as thematic to theoria, making possible a praxis whose aim is to elevate mankind through universal scientific reason (HUSSERL in CHAKRABARTY, 1992, p. 65)

Dipesh Chakrabarty acredita que o uso das categorias marxistas como *pré-burguês* e *pré-capital* possuem o mesmo pressuposto epistemológico dado que o prefixo *pré*, nesse caso, pressupõe uma relação tanto cronológica quanto teórica, pois a história torna-se possível de ser conhecida teoricamente a partir de uma categoria política e universal: o capital.

A visão de Marx a respeito da emancipação é uma jornada que vai muito além da história e das regras do capital; suas críticas e propostas de igualdade -

diferentemente da igualdade jurídica do liberalismo – fazem com que Marx permaneça sendo um crítico fundamental do capitalismo e do liberalismo, portanto central a qualquer projeto pós-colonial de reescrever a história. No entanto, os pressupostos metodológicos e epistemológicos de Marx nem sempre resistiram ao historicismo e apresentaram ambigüidades suficientes para possibilitar a emergência de narrativas históricas “marxistas” que giram em torno do tema da transição histórica (CHAKRABARTY, 2000b). Tendo o capital como categoria política e universal a partir da qual a história passa a ser conhecida e elaborada, a maioria das histórias modernas do terceiro mundo são escritas a partir da problemática colocada por essa narrativa de transição, tendo como temas principais o desenvolvimento, a modernização e o capitalismo. Essa mesma tendência pode ser observada nos estudos subalternos, e até mesmo em trabalhos anteriores do próprio Chakrabarty. O problema dessa narrativa que passa a ser elaborada em torno dos citados temas é que essa narrativa de transição, por definição, pressupõe que tal transição desses países de terceiro mundo permanece incompleta. No caso da Índia, só para citar um exemplo, essa incompletude se dá pelo fato do “fracasso” de uma revolução socialista idealizada pela esquerda, ou dos nacionalistas de verem emergir uma classe burguesa.

A tendência a ler a história indiana em termos de lacunas e fracassos é o que motivou o projeto dos estudos subalternos:

It is the study of this historic failure of the nation to come to his own, a failure due to the inadequacy of the bourgeoisie as well as of the working class to lead into a decisive victory over the colonialism and a bourgeois-democratic revolution of the classic nineteenth-century type... or [of the] ‘new democracy’ [type] – it is the study of this failure which constitutes the central problematic of the historiography of colonial India (CHAKRABARTY, 2000b, p. 32).

A tendência a ler a história indiana em termos de ausência, lacuna e incompletude fica clara nesse trecho.

A Grã-Bretanha conquistou e representou a variedade dos passados indianos através de uma narrativa homogeneizada de transição de um período medieval para o moderno, valendo-se de termos binários, como é característico do orientalismo (Said 2007) para representar o que era indiano e o que era britânico. Sendo assim, o que era de característica medieval/despótica/feudal era indiano, e de característica

moderna/capitalista, britânico. Dessa forma, a Europa não só coloca-se como o berço da modernidade, como também define o que é moderno e termina por sujeitar tudo o que não se encaixasse no seu projeto modernizante. A elite nacionalista também partilha dessa visão adotando os pólos binários atribuindo, nessa narrativa compartilhada, a característica ao povo indiano de uma “figura de lacuna” (*figure of lack*); ou seja, sempre teve espaço nessa narrativa para características incorporadas, em nome do nativo, o tema da inadequação ou do fracasso, como se o nativo fosse inadequado para a cidadania. Os nacionalistas e imperialistas se diferenciam somente na medida em que os nacionalistas questionam essa pedra angular do imperialismo, que era a sujeição, para buscar suas próprias cidadanias, uma vez que as práticas, instituições e discurso do individualismo burguês fez nascer no indiano o desejo de serem sujeitos legais, cidadãos, modernos, características essas que eram associadas diretamente à Europa (CHAKRABARTY, 1992). Chattopadhyay, um dos mais importantes intelectuais nacionalistas indianos, atribui ao governo britânico um período necessário de tutela para os indianos se prepararem para a cidadania e o Estado Nação (CHAKRABARTY, 2000b). Os nacionalistas indianos eventualmente abandonaram no período que antecede a independência o desejo de serem europeus uma vez que o pensamento nacionalista assentava-se precisamente na suposta universalidade do projeto de se tornarem indivíduos, na hipótese que direitos civis e igualdade abstrata eram premissas universais que podiam encontrar espaço em qualquer lugar do mundo, ou seja, que eles poderiam ser “indianos” e cidadãos ao mesmo tempo (CHAKRABARTY, 1992). Dipesh Chakrabarty nos alerta ainda que pensar nessa narrativa de transição que privilegia o moderno, ao mesmo tempo em que atribui características de incompletude ao indiano, é pensar em termos dessas instituições nos vértices nos quais se assenta o Estado Nação moderno. E pensar no moderno ou no Estado Nação era pensar a história cujo sujeito teórico era a Europa, uma Europa, no entanto, que não passava de uma peça de ficção contada ao colonizado pelo colonizador no processo de fabricação da dominação colonial (CHAKRABARTY, 2000b).

A história indiana, contudo, está repleta de exemplos nos quais os indianos se apropriaram de si como sujeitos de sua própria história, precisamente mobilizando aparelhos de memória coletiva que eram ambas anti-históricas e não-modernas, dentro do contexto das instituições modernas, e algumas vezes em nome do projeto

modernizador do nacionalismo. Ou seja: ainda que fosse contrária às tendências nacionalistas, modernizadoras, as construções anti-históricas do passado freqüentemente ofereceram formas poderosas de memória coletiva. Este é, portanto o duplo laço através do qual a história indiana se articula: por um lado, está o sujeito e objeto da modernidade, pois coloca-se para uma unidade chamada “povo indiano”, unidade essa que está dividida em dois, uma elite modernizadora e um campesinato a ser modernizado. Como sujeito dividido, no entanto, fala de dentro de uma metanarrativa que celebra o Estado Nação, sendo que o único sujeito teórico dessa metanarrativa só pode ser a Europa hiper-real, a Europa construída pelas fábulas que ambos o imperialismo e o nacionalismo contaram aos colonizados. (CHAKRABARTY, 1992). O modo de auto-representação que o “indiano” pode adotar é o que Homi Bhabha (1994) chamou de “mimético”: a história indiana permanece sendo a “mímica” de um certo sujeito “moderno” da história “européia”, e é por esse motivo que esta permanecerá sendo sempre representada por uma figura de ausência, de incompletude, de lacuna. No entanto, Chakrabarty nos lembra que

[...] maneuvers are made within the space of the mimetic – and therefore within the project called “Indian” history – to represent the “difference” and the “originality” of the “Indian” and it is in this cause that the antihistorical devices of memory and the antihistorical “histories” of the subaltern classes are reappropriated (CHAKRABARTY, 2000b, p. 40).

Assim, as construções subalternas de “reinos míticos” e passados ou futuros também “míticos” encontram seus espaços em textos que são designados como história “indiana” através de um processo que subordina essas narrativas a regras seculares, ao calendário linear que a escrita da História deve seguir. “The antihistorical, antimodern subject, therefore, cannot speak as theory within the knowledge procedures of the university even when these knowledge procedures acknowledge and ‘document’ its existence” (CHAKRABARTY, 2000b). Isso significa que o subalterno como sujeito só pode ser falado ou defendido pela narrativa de transição que sempre vai privilegiar, em última análise, o moderno, que está intimamente associado a “Europa”. Essa crítica que Chakrabarty faz é fundamental para a elaboração de seu projeto de provincializar a Europa, pois ela vai à raiz da epistemologia mesma de “escrever história” que sustenta a disciplina da História, propondo adiante em seu trabalho de forma contundente uma virada epistemológica

essencial para a discussão pós-colonial. Enquanto operar dentro do discurso da história, produzida no lugar institucional da universidade, não é possível afastar-se da profunda coalizão entre “história” e as narrativas modernizantes de cidadania, espaços público e privado, e o Estado Nação.

‘History’ as knowledge system is firmly embedded in institutional practices that invoke the nation-state at every step – witness the organization and politics of teaching, recruitment, promotions, and publication in history departments, politics that survive the occasional brave and heroic attempts by individual historians to liberate ‘history’ from the metanarrative of the nation state (CHAKRABARTY, 2000b, p. 41).

Dipesh Chakrabarty afirma com convicção que a razão para isso repousa no fato de o imperialismo europeu e os nacionalismos do terceiro mundo terem concluído que a universalização do Estado-Nação como a mais desejável forma de comunidade política. Ainda, identifica a Economia e a História como formas de conhecimento que correspondem às duas principais instituições que a emergência – e mais tarde universalização – da ordem burguesa do mundo: o modo capitalista de produção e o Estado Nação. Um historiador crítico, afirma, não tem escolha senão negociar com esse conhecimento. Para isso deve compreender o Estado em seus próprios termos, ou seja, nos termos de suas narrativas auto-justificatórias de cidadania e modernidade, pois esses temas sempre vão nos remeter aos pressupostos universalistas da filosofia política “moderna”. O que parece hoje “natural” para a nossa concepção do sistema mundial está enraizado nas teorias da ética do século iluminista. (CHAKRABARTY, 1992). Essa é a subalternidade das histórias não-ocidentais a qual o autor se refere desde o início e que ele busca resgatar a fim de provincializar a Europa.

A compreensão de que os teóricos do terceiro mundo fazem da história europeia com os diferentes arquivos existentes de nossas histórias (e freqüentemente não europeus) abre a possibilidade de uma política e uma aliança entre histórias metropolitanas dominantes e os passados periféricos subalternos. É esse projeto que Dipesh Chakrabarty chama de provincializar a Europa, a Europa que o imperialismo moderno e o nacionalismo do terceiro mundo tornaram universal. Filosoficamente, esse projeto deve se assentar em uma crítica radical e transcendente ao liberalismo, ou seja, as construções burocráticas de cidadania, Estado moderno, privacidade

burguesa, e todos os pressupostos que a filosofia clássica produziu CHAKRABARTY, 1992).

O que seria, mais especificamente, esse projeto de provincializar a Europa? O primeiro esboço da ideia do autor aparece em seu artigo de 1992 e é retomada no livro de 2000. No lugar de dizer o que é esse projeto, o autor prefere dizer o que ele não é, visto que esse projeto refere-se a uma história que ainda não existe. Em primeiro lugar, não é uma rejeição simplista dos valores liberais, da modernidade, dos valores universais tais qual razão, ciência; pretende-se, no entanto, denunciar a história que procura naturalizar e domesticar a heterogeneidade e acima de tudo denunciar a violência, que teve um papel decisivo no estabelecimento das narrativas, decidindo qual “universal” venceria. Chakrabarty pretende afastar-se de qualquer “relativismo cultural”, perspectiva que parece assustar a maioria dos autores pós-coloniais e/ou que defendem uma revisão epistemológica. Procura-se denunciar que a razão, ciência, universalismo que ajudam a definir a Europa não são exclusividades europeias e estão presentes somente nessa sociedade. A intenção é documentar como, através de qual processo histórico, esses preceitos - que não foram sempre óbvios – tornaram-se óbvios para toda a humanidade, em localidades muito distantes de onde foram originados naquele momento específico: Chakrabarty (1992) define a modernidade como “a narrative backed up with an army”. Essa Europa a que o autor indiano se refere é, assim como o Ocidente, demonstravelmente uma entidade imaginária, o que não abala seu poder (CHAKRABARTY, 1992, SAID, 2007)

Chakrabarty (2000) determina que o projeto de provincializar a Europa deve incluir dois movimentos: i) o reconhecimento de que a aquisição que a Europa fez para si do adjetivo “moderno” faz parte de uma história global cujo todo é a história do imperialismo europeu; ii) a compreensão de que a associação da Europa com “modernidade” não é trabalho da Europa nem dos europeus apenas: também têm parte nisso os processos nacionalistas do terceiro mundo. Por esse motivo que o projeto de provincializar a Europa não pode ser nacionalista, tampouco nativista.

A ideia é inscrever na história da modernidade as ambivalências, contradições, uso da força e tragédias que lhe serviram no processo de sua imposição. É indispensável para os estudos subalternos reconhecer que a retórica e as reivindicações de igualdade da classe burguesa, dos direitos dos cidadãos, a autodeterminação dos povos através do Estado-Nação soberano, em muito serviram

para o fortalecimento de grupos marginalizados. O que está de fato em questão é a repressão e violência que foram instrumentos da vitória do “moderno” assim como é o poder persuasivo de suas estratégias retóricas (CHAKRABARTY, 2000b).

Uma questão levantada com frequência diz respeito ao local onde realizar a crítica epistêmica; Chakrabarty (2000b) não acredita que a Europa possa ser provincializada dentro do local institucional da universidade, onde os protocolos do conhecimento sempre levarão de volta a um campo onde todos os contornos são desenhados em volta e a partir da Europa hiper-real do autor, o que o leva a chamar a atenção para a própria impossibilidade de realização desse projeto. Por isso o autor propõe:

I ask for a history that deliberately makes visible, within the very structure of its narrative forms, its own repressive strategies and practices, the part it plays in collusion with the narratives of citizenships in assimilating to the projects of the modern state all other possibilities of human solidarity. [...] a history that will attempt the impossible: to look toward its own death by tracing that which resist and escapes the best human effort at translation across cultural and other semiotic systems, so that the world may once again be imagined as radically heterogeneous (CHAKRABARTY, 2000b, p. 45).

Chakrabarty faz uma extensa crítica ao historicismo, pois este método que transformou a História carrega consigo pressupostos fundamentais que permitiram a supressão de histórias e subjetividades subalternas. O autor afirma que o tempo da História é ateu, contínuo, vazio e homogêneo (CHAKRABARTY, 2000b). Ateu porque o mundo é pensado como “desencantado” onde deuses, espíritos ou qualquer força sobrenatural não pode reivindicar representação nas narrativas. Contínuo porque é cíclico ou linear; a continuidade do tempo não é tratada como parte de um sistema de convenções, mas como algo pertencente à natureza. O tempo é vazio porque age como um “saco sem fundo” no qual um número infinito de eventos pode ser posto encaixado em sua linha histórica. E por fim, homogêneo porque não pode ser afetado por nenhum evento, sendo independente e anterior a qualquer evento, fazendo-se parecer também como algo pertencente à natureza. O naturalismo do tempo histórico pertence à crença de que tudo pode ser historicizado.

Contudo, em um país como a Índia, onde os agentes sobrenaturais têm participação ativa na vida cotidiana da população, em seus lares e trabalho na forma

de rituais, descartar narrativas em que os deuses são parte ativa da história, é silenciar a maioria das histórias. A incapacidade do historicismo em traduzir histórias que não se encaixem em seu método temporal e sua visão de mundo faz com que passados que apresentem qualquer grau de “infração” a seus preceitos sejam automaticamente excluídos. São esses passados que resistem à historicização que Chakrabarty vai chamar de “passados subalternos” (CHAKRABARTY, 2000b). O autor coloca como grande desafio aos historiadores resgatar as histórias subalternas e manter o sujeito subalterno como sujeito da História, condição necessária para sua participação na sociedade.

Considerações finais

Mesmo com o reconhecimento precoce da impossibilidade de realizar o projeto que está a propor, o objetivo de Chakrabarty é a mesma que temos visto desde o princípio do trabalho: resgatar histórias silenciadas a fim de construir um mundo mais plural. Na condição de historiador, Chakrabarty atém-se à disciplina da História, que na verdade tem um grande peso no que diz respeito à construção de uma outra ordem mundial. Darby (2006) ressalta a importância do método histórico para atingir as possibilidades de mudanças

When categories of thought have been naturalized in the present they are available to be projected, often quite unconsciously, into the past so as to inscribe the conditions of, and limits to, human change over time. Hence, thinking about futures becomes circumscribed by a history that takes its bearings from here and now. (DARBY, 2006, p. 29)

O ato de resgatar histórias silenciadas e subalternas é um dos passos para a construção de um mundo mais plural, mas não é o único. O também indiano Ashis Nandy acredita que Chakrabarty dá passos incertos na sua crítica da história ao passo que para recuperar os passados subalternos são necessárias “alternatives to history, not powerful pleas for alternative histories” (NANDY in DARBY, 2006, p.30).

Referências bibliográficas

AHMAD, A. **Postcolonial theory and the “–post” condition.** Em: *The Socialist Register*, 1997.

ALKER, H. BIERSTEKER, T. **The Dialectics of World Order: Notes for a Future Archeologist or Internationalist.** Em: Der Derian, J. *International Theory: Critical Investigations*. Londres, Macmillan, 2005.

ALVARES, Claudia. **Teoria pós-colonial, uma abordagem sintética.** Em: *Revista de Comunicação e Linguagens – Tendências da cultura contemporânea*. Lisboa, Relógio d'Água, 2000.

APPADURAI, Arjun. **Grassroots globalization and the research imagination.** Em: *Public Culture*, n.20, vol.1. Duke University Press, 2000.

_____. **Après le colonialisme.** Paris, Gallimard, 2008.

ASHCROFT, B., GRIFFITHS, G. TIFFIN, H. (org.) **The postcolonial studies reader.** Londres, Routledge, 1995.

BHABHA, H. K. **The location of culture.** Londres, Routledge, 1994.

_____. **Signs taken for Wonder.** Em: Ashcroft, B., Griffiths, G, Tiffin, H. *The postcolonial studies reader*. Londres, Routledge, 1995.

BULL, H. **The theory of International Politics, 1919-1969.** Em: Der Derian, J. *International Theory: Critical Investigations*. Londres, Macmillan, 2005.

CHAKRABARTY, D. **Postcoloniality and the Artifice of History: Who speaks for 'Indian' Pasts'?** Em: *Representations*, n.37. *Special Issue: Imperial Fantasies and Postcolonial Histories*. University of California Press, 1992.

_____. **A Small History of Subaltern Studies.** Em: *A Companion to postcolonial studies*. Oxford, Blackwell Publishing, 2000.

_____. **Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference.** Princeton, Princeton University Press. 2000.

DARBY, P. **Postcolonizing the international. Working to change the way we are.** Honolulu, University of Hawai'i Press, 2006.

DER DERIAN, J. **Introduction: Critical Investigations.** Em: Der Derian, J. (org). *International Theory: Critical Investigations*. London, Mcmillan, 2005.

DIRLIK, A. **The Postcolonial Aura: Third World Criticism in the Age of Global Capitalism.** Em: *Critical Inquiry*, n.20, 1994.

GUHA, Ranajit. **History at the limit of World-History.** New York, Columbia University Press, 2002.

JONES, B.G. (org). **Decolonizing International Relations.** Lanham, Rowan & Littlefield, 2006.

LANDER, E. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos.** Em: Lander, E (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2006.

NEUFELD, M. **Beyond (Western) International Relations Theory: the post-colonial tradition and the Restructuring of (Critical) IR Theory: Five Theses.** Em: *Center for the Critical Study of Global Power and Politics*. Ontario, Trent University, 2009.

QUIJANO, A. **Raza, Etnia y Nación em Mariátegui: cuestiones abiertas.** Em: Morgues, R. (org.) *Mariátegui y Europa: El Outro Aspecto del Descubrimiento*. Lima, Editora Amauta, 1993.

_____. **El fantasma del desarrollo em America Latina.** Em: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. Vol.6, n.2, 2000.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Em: Lander, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo, Companhia de Bolso, 2007.

_____. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

SAURIN, J. **International Relations as the Imperial Illusion; or, the Need to Decolonize IR.** Em: Jones, B.G. (org.) *Decolonizing International Relations*. Lanham, Rowan & Littlefield, 2006.

SLATER D. **Post-colonial questions for global times.** Em: *Review of international Political Economy*, vol. 5, n.4, 1998.

SPIVAK, G.C. **Can the subaltern Speak?** Em: Ashcroft, B., Griffiths, G, Tiffin, H. *The postcolonial studies reader*. Londres, Routledge, 1988.

Recebido em Março de 2015
Aprovado em Junho de 2015